

COMENTÁRIO

RESENHA

GUERRA, Emerson Ferreira. **Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahô**. Uberlândia: EDUFU, 2008. 182p.

O livro de Emerson Ferreira Guerra, publicado no ano de 2008 relata a constituição histórica e sócio-cultural da sociedade *Krahô* e os aspectos relacionados a sua organização política e segurança alimentar e é resultado de sua dissertação de mestrado, premiada pela ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, em 2004. A obra é estruturada em quatro capítulos. O primeiro relata as dificuldades da sedentarização e retorno às práticas culturais dos *Krahô*. O segundo capítulo retrata a relação entre os *Krahô* e a agricultura moderna no contexto do Estado do Tocantins. O terceiro aborda a problemática da organização política indígena e a constituição das associações *Krahô*. Por fim, no último capítulo discute as relações sócio-ambientais e a segurança alimentar na Terra Indígena.

O primeiro capítulo aborda o contexto histórico da ocupação dos não-índios no território *Krahô*. Com a expansão da colonização,

os índios da família *Timbira* foram, gradativamente, empurrados para o oeste, cada vez mais na direção do interior do país. Este trecho marca um dos primeiros encontros diretos dos *Krabô* com os civilizados. Vê-se que os *Krabô* aproveitavam a aliança com os civilizados para derrotar os grupos inimigos, muitas vezes, estes roubavam gado dos civilizados e punham a culpa nos grupos adversários. O autor enfatiza as ações de mediação do Estado que atua no sentido de amenizar os conflitos entre índios e civilizados, instalando um posto de Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e fazendo a doação de uma área onde os índios para os se estabelecem em definitivamente.

São destacados os esforços do Governo para estabelecer a ordem na Terra Indígena, esforço esse, que não alterou muito o quadro de desarranjo social que os *Krabô* se encontravam. Emerson Guerra procura enfatizar as medidas que o governo realizou a fim de resolver os problemas que assolavam as Terras Indígenas. Entre estes problemas estava na falta de planejamento destas medidas que não previam, por exemplo, problemas socioculturais que, eventualmente, poderiam acontecer.

As limitações territoriais impostas pela delimitação de um território indígena enfatizadas foram, segundo o autor, as grandes causadoras de todo o desgaste da sociedade *Krabô* a partir do princípio que a delimitação de terras tornou os indivíduos residentes sedentários, descaracterizando sua cultura secular.

O autor relata os esforços na tentativa de organização social por parte do povo *Krabô*, com auxílio de profissionais das áreas das

ciências que previam a criação de associações que reivindicariam os direitos dos índios e seriam responsáveis por sua articulação social. A associação *Kapey* foi a primeira delas e sua criação foi motivada por estudiosos que se instalaram nas aldeias *Krahô* em busca de entender o funcionamento das comunidades. O autor atribui a estes estudiosos várias mudanças não-governamentais que ocorreram na sociedade *Krahô*, incluindo uma das maiores, que foi a criação da *Kapey*. Um dos maiores esforços da *Kapey* foi o de desenvolver um banco de sementes tradicionais, resgatando assim, a cultura de sua etnia.

No segundo capítulo discorre mais profundamente sobre a relação entre a sociedade *Krahô* e o advento da agricultura moderna impulsionada por ações de incentivo governamental. Trata também a idéia da responsabilidade das ações governo na demarcação dos limites da Terra Indígena, fato que causou vários problemas, além de problemas em relação a expansão da fronteira agrícola e problemas associados à proximidade dos limites das lavouras de soja junto à Terra Indígena.

Nesta altura o autor descreve programas implementados pelo governo que incentivavam a integração nacional e a expansão para o Centro-Oeste. Alguns destes programas foram o POLOCENTRO, o PRODIAT e o PRODECER, todos voltados para o crescimento agroindustrial do Centro-Oeste do Brasil em especial o estado do Tocantins. Guerra faz uma ressalva bastante interessante neste ponto em relação ao conhecimento do Governo sobre o potencial natural do estado do Tocantins, ou seja, o Governo valorizava tudo que estava relacionado as “belezas naturais” do Estado bem como as

idades históricas que possuíam festas tradicionais de grande riqueza cultural inclusive dentro das Terras Indígenas dos *Krahô*. No entanto o autor faz um contraponto muito relevante quando relata que o interesse do Governo nestas riquezas do patrimônio, relaciona-se, sobretudo a necessidade de impulsionar um comércio relacionado ao turismo na região, contribuindo dessa forma para aumentar as receitas do estado do Tocantins.

Em outro trecho intitulado "A ocupação agrícola de Santa Maria (TO) e a Terra Indígena *Krahô*" o autor discorre sobre o tema da expansão agrícola se aproximando das fronteiras com o território dos *Krahô* e relata como se deu a ocupação, em sua maioria por gaúchos das terras próximas as aldeias *Krahô*. Outro ponto importante destacado é a metodologia usada para construir este tópico, valendo-se de entrevistas feitas com os produtores gaúchos e com os *Krahô*. Neste sentido, Guerra destaca que as entrevistas foram conduzidas a fim de compreender porque os produtores escolheram aquele local para as lavouras de soja. A justificativa mais adotada era a de que os mesmos realizaram uma excursão com incentivo do governo do Tocantins para encontrar um local com boas condições para a produção. Os entrevistados apontaram motivos relacionados à condições hidrográficas como importantes na escolha do local e também a área cultivável que comportava quase o nível máximo da produção. Entende-se assim que, em nenhum momento, a existência de uma Terra Indígena foi levada em consideração.

O autor enfatiza a importância de se compreender o que um grupo pensa do outro e para entender em que cenários essas novas

relações acontecem e qual o tipo de impacto ocorrido. Guerra levanta uma questão bastante incômoda nesta relação, que é representada pelas diferenças de hábitos socioculturais existentes entre os dois grupos, principalmente em relação ao costume das coivaras realizadas por ambas as partes, no entanto, deve-se destacar que existe uma preocupação por parte do grupo dos civilizados de que o fogo passe para a Terra Indígena dos *Krahô* prejudicando assim sua aldeia.

Relatando este processo de inserção e construção do pensamento social nas comunidades *Krahô* o autor traz uma proposta que diz respeito ao fato de que os *Krahô* já possuem a noção de que não devem ser somente protegidos, mas sim serem formados para lidar com sua própria segurança. O autor faz uma ressalva importante com relação à historicidade das relações tutelares que sempre existiram entre o governo brasileiro e os indígenas ao invés de promoverem sua autogestão.

No terceiro capítulo, aborda a questão da autogestão *Krahô* e sua relação com as organizações políticas do governo. Vê-se que com a criação das associações indígenas como a *Kapey*, a autonomia política dos índios toma um fôlego maior. O autor relata que esta motivação fez parte de uma via de mão única onde os índios tentavam se organizar em prol de seus direitos e, em contrapartida o governo se mantinha inerte. A partir deste ponto, realiza uma análise significativa em relação ao que acontecia no mundo nesta época e no Brasil sob o domínio regime militar. No cenário mundial existia um forte apelo pelos direitos humanos e organizações não governamentais em prol da manutenção das sociedades mais frágeis do mundo. O autor

aponta o vínculo que o Brasil possuía com governos internacionais que não viam com bons olhos a falta de uma regulamentação que atendesse aos interesses das comunidades tradicionais.

Vários movimentos de ONG's surgiram em prol da causa indígena e a mudança na forma de governo, ressaltadas pelo autor é um ponto bastante discutido para se entender a divulgação de novas propostas para essas comunidades, apesar de não terem sido muitas as mudanças ocorridas. O autor dedica um tópico inteiro a análise das mudanças viabilizadas em decorrência da promulgação da constituição de 1988. No tópico intitulado "Sistema social e relações políticas na sociedade *Krahô*", o autor começa a discorrer sobre o assunto e ilustra como são distintas as interações entre a comunidade e o chefe que são em certa medida horizontais e não verticais. Este ponto representa uma das abordagens mais interessantes de toda a análise do autor que começa a retratar, mais profundamente, as relações sociais do povo *Krahô*. É relatada a divisão dos dois grupos formados nas aldeias que se dividem entre o grupo que representa a estação de verão e de inverno. De acordo com cada estação do ano a representação política da aldeia é modificada, permitindo assim que os dois grupos possam assumir as responsabilidades da época. O mais interessante é observar que essa divisão de poder social não implica em disputas políticas, todos continuam tendo o mesmo poder, o que muda é apenas a administração.

No quarto e último capítulo, o autor discorre sobre a interação da sociedade *Krahô* com o ambiente em que vivem e sua segurança alimentar que se encontra ameaçada devido às alterações,

desde a chegada do agronegócio e da delimitação da Terra Indígena. A noção da distinção entre Terra Indígena e território indígena é enfatizada já que o termo território indígena está vinculado às práticas de subsistência e de locomoção antes do advento do pacote tecnológico e da delimitação de suas terras. A postura tutelar do governo é mascarada no que diz respeito a suprir as necessidades dos indígenas.

O autor relata outro fator de preocupação em relação ao futuro do povo que está vinculado ao problema do aumento da densidade demográfica da população. Apesar dos anseios dos *Krahô* de aumentarem a sua população uma vez dizimada, surge com isto o fator da limitação das terras provocando assim uma diminuição significativa do território. Desta forma alguns problemas começam a aparecer como as lavouras muito próximas umas das outras e falta de alimento suficiente para todos.

O autor faz menção a importância da análise geográfica para auxiliar na compreensão dos processos existentes na área de estudo e também, na importância de dividir este conhecimento com o povo *Krahô*. Logo após o autor aborda o tema da segurança alimentar do povo *Krahô* e faz uma leitura muito relevante em relação a introdução de alimentos comuns a sociedade de consumo e que antes não faziam parte da dieta dos índios. Esse costume de se alimentar com produtos que não se produzem na Terra Indígena força os índios a irem comprá-los nas cidades provocando grandes impactos à sociedade.

O que mais impressiona em relação a segurança alimentar é o fato de que é o próprio governo, intermediado pela FUNAI, que faz a

distribuição desses produtos. Houve tempos em que a FUNAI distribuía cestas básicas com alimentos que não faziam parte, costumeiramente, da dieta dos índios provocando sérios problemas de obesidade e também desnutrição.

Por fim, Guerra encerra discorrendo sobre a importância da manutenção dos costumes tradicionais do povo *Krahô* e no papel essencial que possuem as escolas e a educação como um todo para que os valores desta cultura permaneçam vivos e para que o futuro dos *Krahô* esteja assegurado por lideranças que façam jus aos seus direitos e consigam preservar seus recursos naturais apesar da expansão constante do capital agroindustrial.

Toda a análise do texto é voltada para os problemas que assolam uma sociedade secular tradicional e, o ponto de vista do autor, consegue permanecer imparcial apesar de objetivar realizar um alerta para estes problemas. Guerra consegue abordar todos os pontos inerentes a sobrevivência do povo *Krahô* e a manutenção de seus costumes e rituais, tentando lançar uma análise geográfica muito bem aplicada com a exposição de mapas e croquis que ilustra a dinâmica territorial das aldeias e da Terra Indígena. Sendo assim, vê-se que o objetivo do autor foi alcançado no sentido de relatar o dilema da sociedade *Krahô* em relação a sua organização política a sua segurança alimentar ameaçadas pela proximidade de uma sociedade de consumo industrial e da expansão do agronegócio destrutivo.

Maria das Neves Medeiros de Melo

Graduada em Geografia/UFPE. Bolsista-
Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.
E-mail: maria_mmelo@hotmail.com

